



COMUNICADO

DO PCP AOS
TRABALHADORES DO
MUNICÍPIO DE OEIRAS

NO PRÓXIMO DIA 4, É DIA DE LUTA!

No próximo dia 4 Dezembro devemos todos
participar na Manifestação do STAL



LUTAR

PELA CONTRATAÇÃO COLECTIVA, PELA
PUBLICAÇÃO DOS ACEP

DEFENDER

A AUTONOMIA DO PODER LOCAL

EXIGIR

AS 35 HORAS PARA TODOS

ORÇAMENTO DE ESTADO PROLONGA A POLÍTICA DE DIREITA

Este governo continua a sua missão de
desmantelamento da economia portuguesa ao
serviço dos grandes
monopólios. O suposto "alívio da carga fiscal"
que deveria constar da proposta de Orçamento de
Estado para 2015
não passa de uma ficção obscena. O que espera
os portugueses neste ano é mais do mesmo:

**-Novo agravamento da carga
fiscal sobre trabalhadores e
pensionistas.**

**-Benesses aos grandes grupos
económicos: Redução de IRC,
pagamento de PPPs,
SWAPs e juros de empréstimos e
injeções de capital público na
banca privada.**

**-Venda ao desbarato do nosso
património aos grupos
financeiros internacionais.**

BAIXA DE IMPOSTOS?

UMA MENTIRA COLOSSAL

O orçamento de estado para
2015 prevê um aumento da
carga fiscal de 4,7%



EVOLUÇÃO DOS DINHEIROS NO MUNICÍPIO DE OEIRAS A FRAUDE NO DISCURSO DA "CRISE"

É referido, com muita frequência, no discurso da maioria da nossa Câmara Municipal, que a "crise" que todos nós temos suportado, se tem feito, também, sentir nas contas do nosso município.

Avança-se mesmo que, se em 2010 tivemos um orçamento com o total de receita prevista de 193,721 M€ (milhões de euros), para 2014 foram apenas previstos 139,131 M€, o que significaria uma redução de quase 30%.

Porém a realidade é bem diferente.

Se, de facto, em 2010 se inscreveram no orçamento os tais 193,721M€, o que foi realmente recebido foram 117,327M€.

Ora, em 2014, o total a receber, para se cumprir a lei em vigor, terá que ser, no mínimo 85% dos 139,131 M€, o que andaria pelos 118,000 M€. Porém, de acordo com os valores já recebidos até Outubro deste ano, é possível dizer que a receita total andarà pelos 130,000 M€. Isto significa que o município de Oeiras irá dispor, em 2014, de uma receita superior, em quase 10%, à que registou em 2010.

Não é pois correto que, naquilo que depende das responsabilidades autónomas do município, se invoque, perante os trabalhadores que os apertos da situação financeira não permitem que se concedam regalias e benefícios que, em anos anteriores, e justamente, foram concedidos.

SATU – Sistema Automático de Transportes Urbanos – E.M.,S.A. SETOR EMPRESARIAL LOCAL - (PARTE I)... A ORIGEM DE GRAVES PREJUÍZOS

Sendo este um dos problemas com que a Câmara Municipal de Oeiras se debate que poderá vir a originar grandes prejuízos para o município no futuro, no que respeita aos problemas com os seus trabalhadores, em concreto, nada se conhece.

Segundo nos informaram, os poucos trabalhadores que lá prestam serviço estarão ligados à empresa Teixeira Duarte.

O PCP esteve, desde sempre, contra este caro, megalómano e ineficiente meio de transporte que aqui foi tão mal implantado.

Tendo prejuízos acumulados de cerca de 30 milhões de euros, e sempre com resultados anuais negativos, deveria esta empresa municipal, em que a Câmara tem 51% e a Teixeira Duarte 49%, ter sido encerrada desde há anos.

Isto, que o município sempre se recusou a fazer, quer dizer que quando tocar a dividir prejuízos, à Câmara Municipal de Oeiras poderá vir a suportar na ordem dos 15 milhões de euros.

Perante a "inércia da entidade pública" referida numa auditoria feita pela Inspeção-Geral de

Finanças, foi a Câmara de Oeiras, por notificação recebida em 9 de Outubro de 2014, informada que a Ministra das Finanças tinha decidido a "comunicação ao Senhor Presidente do Instituto de Registos e do Notariado (...) da ocorrência das circunstâncias enunciadas (...) para efeitos de dissolução oficiosa da empresa SATU-OEIRAS."

Mas, mesmo assim o elevador deitado continua a funcionar vazio...



MÁQUINAS DE SECAR ROUPA DO ESPRAGAL, AVARIADAS HÁ MESES

As duas máquinas de secar roupa dos estaleiros municipais do Espargal encontram-se avariadas há vários meses, situação que poderia ter sido acautelada com tempo, e que neste momento causa um tremendo transtorno aos trabalhadores, que se não tiverem máquina de secar em casa vêm-se obrigados a trabalhar com o fardamento molhado. Esta situação está a provocar um grande desconforto, e demonstra por parte do município falta de sensibilidade em resolver problemas relativos às condições trabalho

AUMENTO DO HORÁRIO É ROUBO NO SALÁRIO

O alargamento do horário semanal de trabalho das 35 horas para 40 horas, que o governo PSD/CDS pretende impor, sem mexer na remuneração de cada trabalhador, não é mais do que um roubo nos salários.

É só fazer contas. Este aumento de 5 horas no trabalho semanal de cada trabalhador, significa que cada um irá, de facto, receber menos 14,28% do que aquilo que lhe é devido. O aumento do horário é mesmo um roubo no salário.

HORÁRIO DE TRABALHO 35 HORAS SEMANAIS

INGERÊNCIA DO GOVERNO FAZ RECUAR A CÂMARA MUNICIPAL

Por iniciativa do anterior Governo do PS, e no sentido de dividir ainda mais os trabalhadores da Administração Local e de dificultar a vida a alguns sindicatos, foi concretizada a estranha ideia de criarem os chamados Acordos Coletivos de Emprego de Entidade Pública (ACEEP). Estes ACEEP, ao serem estabelecidos entre os sindicatos e cada autarquia, com o objetivo de dividir para enfraquecer, tiveram, como finalidade, acabar com os Contratos Coletivos de Trabalho na Administração Pública.

Como o respeito pelo texto constitucional nunca foi um atributo de quem tem promovido a política de direita em Portugal (PS, PSD e CDS), desde início que se ignorou a autonomia administrativa do Poder Local e se meteu um Secretário do Estado em todo o processo, para o poder controlar na perspetiva do Governo da altura.

Quando este Governo PSD/CDS tentou introduzir o horário de 40 horas semanais na administração pública, sofreu forte contestação por parte das Câmaras Municipais que, pressionadas pelos seus trabalhadores, recusaram passar o tempo de trabalho semanal das 35 para as 40 horas.

Uma das formas de defenderem a sua autonomia, de não se vergarem aos ditames do Governo e de respeitarem o acórdão que o Tribunal Constitucional estabeleceu sobre esta matéria, foi o de negociar e assinar ACEEP com os sindicatos que, com um articulado diferente e simplificado, fixassem os horários de trabalho em 35 horas semanais.

Foi assim que, em Oeiras, foram assinados pela Câmara Municipal e pelos sindicatos, novos ACEEP, em 24 de Março de 2014.

A Câmara Municipal de Oeiras (CMO), alegando, agora, que o ACEEP assinado com o STAL, não se encontra publicado e em vigor por manifesta ingerência do Governo, cedeu à chantagem do Secretário de Estado da Administração Pública, ao repescar, do passado, o Acordo Coletivo de Carreiras Gerais (ACT n.º 2/2009) e o ACEEP n.º 7/2010, assinado anteriormente pela Câmara Municipal e os SINTAP e STE.

"(...)estes dois acordos anteriores são menos favoráveis aos trabalhadores do que o assinado em 2014 com o STAL, por conterem, no seu articulado o "banco de horas" e a "adaptabilidade",(...)"

A situação é grave, pois estes dois acordos anteriores são menos favoráveis aos trabalhadores do que o assinado em 2014 com o STAL, por conterem, no seu articulado o "banco de horas" e a "adaptabilidade", que permite mesmo à entidade empregadora estabelecer uma jornada de trabalho até 60 horas semanais, deixando, assim, de pagar horas extraordinárias,

desde que "circunstâncias relevantes" o justifiquem. Pode ser o início da arbitrariedade!

É necessária a firme oposição dos trabalhadores da CMO a este retrocesso. Existindo autonomia do Poder Local consagrada na Constituição da República Portuguesa, exige-se o final da intromissão do Governo numa questão que apenas diz respeito à CMO e aos seus trabalhadores, e à autarquia que faça valer o seu estatuto, uma vez que negociou e assinou este ano um ACEEP com o STAL, decerto de boa-fé.

SETOR EMPRESARIAL LOCAL - (PARTE II)... UM ARRUMAR DE CASA FORÇADO E APRESSADO

LEMO – Laboratório de Ensaios de Materiais de Obras, E.I.M., S.A.

Esta empresa foi constituída, no âmbito de uma associação de municípios, entre Oeiras e Cascais.

Com alterações à legislação do setor empresarial local, a Câmara de Cascais saiu da associação em 2011, tendo a LEMO ficado na total dependência da Câmara de Oeiras.

Perante os sucessivos resultados negativos, e nos termos da atual legislação, era obrigatório acabar com a LEMO.

Por deliberação da Câmara Municipal de Oeiras, de 9 de Abril de 2014, foi decidida a dissolução e a entrada em imediata liquidação da LEMO.

Foi nomeado um responsável pela liquidação da empresa, que deverá entregar à Câmara um plano de liquidação, o que ainda não foi feito.

Segundo a informação disponibilizada em Abril, trabalhavam nesta empresa 13 técnicos e funcionários.

A posição do PCP nesta matéria é a de defender que sejam internalizados nos serviços do Município todos os trabalhadores que o pretendam.

OEINERGE – Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras

A OEINERGE é, hoje, uma associação municipal que, por saída de sócios externos, ficou reduzida à CMO.

A legislação agora em vigor dificulta a transferência de verbas da CMO para a agência, o que, a curto prazo, inviabiliza a sua continuação.

A CMO deliberou já que a CMO irá, em próxima Assembleia Geral da agência, anunciar a sua saída da mesma, como forma legal de terminar com a agência.

Nesta sequência, foi deliberado, na reunião da CMO de 19 de Novembro de 2014, a futura passagem das atividades da OEINERGE para os serviços do Município de Oeiras e a internalização dos 4 trabalhadores que nela prestam serviço, (3 técnicos superiores e 1 assistente técnico), nos mesmos serviços, considerando que são necessários ao cumprimento das atividades que têm vindo a prosseguir.

SIMAS – SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE OEIRAS E DA AMADORA **NECESSIDADE DOS TRABALHADORES ELEVAREM OS SEUS PATAMARES DE LUTA**

HORÁRIOS DE TRABALHO

Na sequência da intensão do Governo de alargar o horário de trabalho das 35 para as 40 horas semanais, foi possível, por insistência sindical, assinar o novo ACEEP com a administração dos SIMAS, que mantém as 35 horas.

Contudo, as decisões tomadas em concreto, sobretudo para o pessoal operacional, não definiram de modo eficiente os tempos de funcionamento e de paragem para muitos trabalhadores.

Após a realização de plenários com os trabalhadores, sabemos que o STAL apresentou ao Conselho de Administração dos SIMAS, em fins de Outubro, uma proposta no sentido do pessoal operacional poder prestar serviço em horários das 8H00 às 15H00 e das 15H00 às 22H00, com 30 minutos de paragem por necessidade de serviço.

Não tendo havido, ainda, resposta da administração, impõem-se continuar a pressionar no sentido de serem respeitados os direitos dos trabalhadores, tal como estes cumprem os seus deveres.

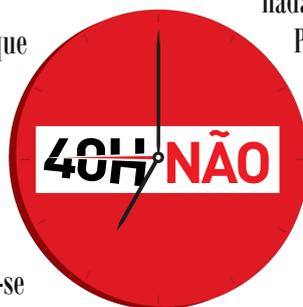
INSTALAÇÕES DESADEQUADAS

Desde há muitos anos que se sabe que as instalações em que os SMAS, anteriormente, e os SIMAS, hoje, prestam serviços, sobretudo no Casal do Deserto, em Porto Salvo, estão longe de reunirem as condições adequadas ao muito que se exige dos serviços.

Com o argumento de que não existe dinheiro disponível para construir as futuras instalações, embora se diga que já há terreno disponível, nada se tem feito.

Porém continuam a ser previstos milhões de euros do que os consumidores pagam anualmente aos SIMAS, para distribuição de lucros às Câmaras de Oeiras e da Amadora...

Só com as reivindicações e a pressão dos trabalhadores se concretizarão as novas instalações.



HABITÁGUA - SERVIÇOS DOMICILIÁRIOS E TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, E. M., UNIPessoal, LDA.

SETOR EMPRESARIAL LOCAL - (PARTE III)... MAIS DOS VÁRIOS PROBLEMAS QUE AINDA ESTÃO POR RESOLVER

Esta empresa, criada, no âmbito dos anteriores SMAS, por duas companhias exteriores aos serviços, foi comprada, em duas aquisições diferenciadas, pelo município de Oeiras, sendo agora 100% municipal.

Com a criação dos SIMAS, em que Oeiras e a Amadora têm, hoje, iguais responsabilidades, não é consensual entre as duas Câmaras o que fazer com esta empresa municipal de Oeiras. Em recente reunião da Câmara Municipal de Oeiras foi mesmo dito pelo Presidente, relacionado com este assunto, que se a Amadora aproveita do que é fácil, também terá que suportar o que é difícil.

Do ponto de vista dos trabalhadores do setor empresarial local, este é o mais grave problema com que o município de Oeiras se confronta, pois na HABITÁGUA prestam serviço mais do que 40 trabalhadores, sendo os resultados líquidos anuais recentes e previsíveis para este ano, negativos.

Tendo havido já dificuldades em proceder aos pagamentos a estes trabalhadores, a Câmara de Oeiras encomendou serviços à HABITÁGUA no valor de 150 000 euros, em 16 de Julho último, e os SIMAS tiveram que propor uma duvidosa extensão de contrato anterior, em mais 260 000 euros, ratificada, com votos contra da CDU devido aos contornos de legalidade destas deliberações, em 22 de Outubro.

Tal como em todos os outros casos, o PCP defende que os direitos dos trabalhadores devem ser salvaguardados e que o pessoal que presta serviços na HABITÁGUA seja internalizado nos SIMAS, processo este que deve ser iniciado o mais brevemente possível, antes que esta empresa municipal venha a ser dissolvida.

HORÁRIOS PARA TODOS OS GOSTOS JUNTAS DE FREGUESIA

Em todo este processo dos horários de trabalho, deparamo-nos hoje, nas cinco Juntas de Freguesia do Município de Oeiras, com situações diferenciadas.

Existem, mesmo, em diversas Juntas, horários diferenciados, pois havendo pessoal dos quadros da própria Junta com 35 horas de trabalho, existem também trabalhadores colocados pelo IEFP, no âmbito dos contratos de inserção CEIS, que fazem os horários estipulados pela respectivas juntas.

Além destes casos, também temos Juntas que, contrariando o que foi adotado no nosso município, colocaram os seus trabalhadores a fazerem as 40 horas, o que é bem elucidativo da forma quase marginal com que as Juntas de Freguesia têm sido tratadas em Oeiras.

Compete, fundamentalmente, aos trabalhadores das freguesias, com o suporte dos sindicatos, defenderem os seus direitos. Também neste caso, a luta é o caminho.

**DIA 4 DE DEZEMBRO · LISBOA · 10H30 · MINISTÉRIO DAS FINANÇAS ·
CONCENTRAÇÃO DESFILE**